

TIMBAÚBA: ALGODÃO, CULTURA E MODERNIDADE – 1879/1930

Cláudio Roberto de Souza*

RESUMO

Nossa pesquisa examina o processo de modernização cultural e econômica da cidade de Timbaúba, na Mata Norte de Pernambuco, entre 1879, ano da emancipação da cidade, e 1930. Tais processos tiveram por base econômica a cultura algodoeira, hegemônica na região e uma incipiente indústria têxtil que se estabeleceu em sua esteira. Foi em torno do algodão que se desenvolveu um dinamismo local desconhecido nas cidades tomadas pela cana de açúcar. A construção de um teatro para 500 pessoas, um jornal com circulação ininterrupta entre 1913 e 1930, reformas urbanas, acirradas discussões em torno dos “melhoramentos materiais” que a cidade implementava e sobre a cultura como instrumento civilizador. Aceitamos aqui o desafio da construção de uma história que supere a prática bastante comum, infelizmente, que toma a história de Pernambuco pela história do Recife, a parte pelo todo e compreender de que maneira as elites locais entendiam e se utilizavam da modernidade e seus signos.

Palavras-chave: Algodão – cidades e modernidade – coronelismo

INTRODUÇÃO

Em junho de 1914, o jornal A Serra, de propriedade da firma Andrade & Queiroz, em Timbaúba, publicava em sua primeira página um editorial de veemente protesto contra “a insistência funesta” do governo estadual em apoiar a cana de açúcar em detrimento da “necessária e fundamental” ajuda à cultura algodoeira. A leitura desses termos chama a atenção do historiador, ou em outros termos, provoca-nos aquele estranhamento tão necessário para darmos os passos iniciais rumo a uma tentativa de compreender as diferenças entre a sociedade daquele momento e a nossa (Ginzburg, 2001: 15-22).

Nossa pesquisa está voltada para examinar as relações entre uma oligarquia ligada à cultura algodoeira e a instituição e os usos que ela dá aos processos de modernização cultural e econômica sobre a cidade de Timbaúba, na Mata Norte de Pernambuco, entre 1879, ano da emancipação da cidade, e 1930. Nesse ano, a família que controlava o poder local, com fortes laços com o governo estadual, foi substituída pelo grupo que apoiou a Aliança Liberal e as

* Mestrando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e bolsista do CNPq.

forças políticas ligadas a Carlos de Lima Cavalcanti. Tais processos de modernização tiveram por base econômica a cultura algodoeira, que era hegemônica na região e uma incipiente indústria têxtil que se estabeleceu em sua esteira.

O conjunto de ações simbólicas e culturais foi absolutamente marcante e chamam nossa atenção ainda hoje, quando pensamos na forma como as cidades do interior são usualmente compreendidas pelo senso comum e, pasmem, mesmo por algumas abordagens acadêmicas. À medida que se distanciam da capital, os espaços urbanos são quase sempre percebidos como lugares acanhados e modorrentos, participantes secundários da história maior, dos processos culturais, econômicos e políticos realmente importantes, que ocorreriam, esses sim, na capital, no centro, na grande cidade. Durval Muniz já nos alerta para o perigo das “estratégias de estereotipização”, marcada pelo “discurso assertivo, repetitivo, fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica” (ALBUQUERQUE JR, 2001: 19-28). Como não termos nossa atenção atraída para uma cidade que constrói um teatro para 500 pessoas, numa época em que a sua população era de 20 mil almas?! Que tem um jornal com circulação ininterrupta, entre 1913 e 1930? Claro que precisamos tomar cuidado, e perceber que tais instrumentos são manifestações culturais que tocam muito mais às elites do que ao povo. Mesmo as escolas que foram fundadas naquele momento não eram, seguramente, voltadas para todo o povo.

Precisamos, então, voltar também nossa atenção para aquilo que possa nos fazer ouvir e descobrir a voz desse povo e de suas manifestações culturais, suas práticas, suas festas, suas crenças. Descobrir essa voz muitas vezes emitida por sinais involuntários, num relatório da polícia local, numa foto do carnaval de rua da época, numa nota publicada no jornal sobre os “hábitos populares que precisam ser civilizados” (A Serra, 17/05/1913).

CIDADE E MODERNIDADE

O estudo da cidade e da modernidade, principalmente em seus aspectos culturais, é uma descoberta relativamente recente para os historiadores brasileiros, remontando os primeiros estudos à década de 1980. De acordo com Ronald Raminelli, os primeiros estudos surgiram fortemente pelas análises acerca da modernidade européia, com algum destaque para os estudos de Walter Benjamin e Marshall Berman (CARDOSO, VAINFAS, 2002: 194-199).

Os primeiros escritos que voltaram seu olhar para a cidade moderna já demonstravam uma preocupação muito forte com os impactos sociais, culturais, políticos que acompanhavam

o crescimento das cidades. Lukács, Adorno ou Benjamin não eram historiadores, atuam em campos diversos, mas trazem uma compreensão preciosa para entender a cidade em sua polifonia, com múltiplas dimensões, espaços que não são apenas físicos, mas sentimentais, culturais, de busca de desejos, espaços que multiplicam as possibilidades do estar-no-mundo, mas *pari passu*, também suas frustrações.

Walter Benjamin (1892/1940) realizou sua incursão através da cidade moderna a partir de um mergulho na obra de Charles Baudelaire e da Paris do século XIX, alvo das pretensiosas reformas urbanas do prefeito Haussman. Seus escritos caminharam muito mais próximos da crítica literária, olhando a cidade a partir da obra de Baudelaire, de suas letras, construindo uma reflexão sobre os homens que viveram aquele momento, captando as transformações tecnológicas, as novas invenções que maravilhavam e deixavam a todos atordoados. A expansão dos jornais, a integração pelos novíssimos, recém-inventados meios de comunicação, telégrafos, telefones, mas perpassada por igual pela violência, pelas máquinas que destruíam para refazer o mundo a sua imagem e semelhança.

É o mundo do turbilhão de contradições e choques criados por novas formas de sensibilidades. A noite trazia a maravilha da luz elétrica, que estendia literalmente as possibilidades temporais da vida humana. Adicionou-se, efetivamente, um novo espaço de tempo às vidas humanas, onde novos espaços de sociabilidade e de conflito foram construídos. A “vida noturna” é filha desta modernidade. Esses novos espaços caminharão entre as maravilhas que estarão sob a luz noturna, que atrai as pessoas qual um luzeiro atrai um pequeno inseto, mas também entre os perigos, a multidão de marginais da sociedade, as ameaças que podem se esconder por trás das sombras, o criminoso, o medo que espreita. A cidade de Benjamin está, dessa forma, atravessada por todas as contradições da vida moderna, ela é uma experiência cultural por excelência, uma experiência que amplia as possibilidades do indivíduo, mas que exige decisões que podem lançá-lo ao caos.

A cidade e a experiência da modernidade foram pensadas, também, por Marshall Berman, que pagou seu tributo pessoal a Benjamin. Ele construiu sua análise a partir de importantes obras do século XIX, a exemplo do Fausto de Goethe e do Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels e voltou seu olhar sobre as reformas de importantes cidades do ocidente e do oriente, a exemplo de Nova York e São Petersburgo. Sua perspectiva tenta acompanhar a velocidade com que todas as coisas e verdades estabelecidas são postas abaixo para o soerguimento de novos edifícios, tanto físicos quanto imateriais, pois os novos tempos exigem novas explicações, preferencialmente globais, que dêem conta de toda a vida, como a

religião o fez até aquele momento. A modernidade é o tempo da nova e rápida verdade que já traz em si, dialeticamente, a semente de sua superação, acelerada, por novas verdades, que serão por sua vez, também postas abaixo. A citação de Berman sobre Marx não é feita à toa: *tudo que é sólido desmancha no ar*. São Petersburgo foi assim. Contraditória. Fascinante. Sedutora. Mais uma expressão daquilo que a vontade e a razão poderiam, se quisesse, construir. E o mais impressionante! O novo poderia ser erigido sobre o velho, não importa a dimensão que este tivesse. Mas, o novo de São Petersburgo era fruto da vontade discricionária do Czar. A modernidade era igualmente a vontade absoluta de um senhor, que ordena e quer ver o seu desejo realizado. A cidade moderna de Berman representa essa multiplicidade de possibilidades, que liberta, mas que pode escravizar. Em suas páginas sobre Nova York, escritas no início da década de 80, fala dos arranha-céus que se apresentam imponentes, certos de que poderá colocá-los abaixo!

MODERNIDADE E CIDADES PEQUENAS

Recentemente surgiram ótimas análises a partir dos programas de pós-graduação regionais acerca da dinâmica própria de muitas cidades do interior e de seu lugar na realização dos projetos de modernidade, a exemplo de Pesqueira, Belo Jardim, Caruaru ou Campina Grande. A maior parte delas insere-se nas pesquisas desenvolvidas pelas linhas voltadas para a história cultural e concentram-se nas discussões sobre modernismo/modernidade, como as cidades vivenciaram as experiências de modernização no início do século XX. É importante também assinalar que essa produção tomou fôlego nas pós-graduações da região Nordeste a partir da década de 90 e iniciou-se tomando como cenário os grandes centros (Recife, João Pessoa, Campina Grande, por exemplo). Entretanto, surgem cada vez mais pesquisas que voltam o seu olhar para cidades de pequeno e médio porte, a exemplo de Pesqueira, Feira de Santana, Belo Jardim, Mossoró, Caruaru.

Assim, uma história de Pesqueira foi construída pelas pesquisas de Bartolomeu Cavalcanti (BARTOLOMEU: 2005), que olhou a cidade a partir da dinâmica da instalação das indústrias alimentícias ligadas à fruticultura na cidade. Os processos de urbanização, o cotidiano dos seus habitantes, os processos econômicos de regionalização da produção industrial, as estratégias de convencimento sobre a população sobre o “desenvolvimento” que a cidade assistia e os discursos dos grupos políticos sobre todos esses feitos.

José Veridiano (SANTOS: 2003) voltou seu olhar para o processo de constituição dos discursos sobre os “heróis fundadores” de Caruaru. Analisou livros e textos produzidos em épocas diferentes sobre os mitos fundadores da cidade e “como a escrita da cidade é um poderoso emissor de signos, capazes de refletir as sensibilidades históricas de certas épocas”.

Sobre Belo Jardim pesquisou Cristiano Cezar, investigando sobre como os processos de modernidade se concretizam, distantes dos grandes centros. Em suas palavras, “como a industrialização de uma pequena cidade do Nordeste” contribui para “escaparmos da continuidade da seca, indústria açucareira, revoltas, coronelismo e outros temas que contribuem para a consolidação de uma realidade, quer seja rememorando, quer seja reproduzindo um discurso” (SILVA: 2004). Aliás, é importante lembrar, que é um objetivo que segue o alerta já apontado acima pelo professor Durval Muniz sobre os perigos das imagens pré-construídas sobre as coisas.

Ainda neste campo de análises, achamos importante lembrar um autor que adverte para elementos que precisam ser levados em consideração quando analisamos os processos de modernização que ocorrem longe dos grandes centros. Flávio Weinstein atentou em sua dissertação de mestrado (TEIXEIRA, 1994) para “fugir da coincidência, do reflexo, do comum”, que pode levar o incauto a ver em qualquer teatro erguido em uma cidade no início do século XX, os mesmos conjuntos de relações e discussões que envolviam a questão da modernidade para os europeus da *belle époque*.

Outro enfoque para as análises da modernização dessas cidades surge quando elas são vistas a partir do conjunto de ações implementadas por grupos políticos que buscavam a legitimação de seu poder. Através do agenciamento dos processos de reforma de suas cidades essas oligarquias conduziam a implantação dos equipamentos urbanos que eram, sem dúvida, símbolos de orgulho para os munícipes e sinal de que a urbs estava entrando em uma era de progresso.

UMA ZONA DA MATA COM ALGODÃO

Retomamos aqui o desafio de enfrentarmos a construção de uma história que supere a prática bastante comum, infelizmente, que toma a História de Pernambuco pela história do Recife, a parte pelo todo (ARRAIS: 2004). O autor faz uma crítica bastante consistente no primeiro capítulo de sua tese, quando identifica o imenso vazio que constituiu a historiografia do estado acerca de si mesma. Pernambuco é tratado como a província das grandes rebeliões e

sua história parece interromper-se abruptamente em 1848, com os dias agitados da Praieira. A crítica é válida em dois sentidos. Por um lado, no que se refere ao silêncio absoluto em relação ao cotidiano e às práticas culturais, políticas, à urbanização, ao crescimento do próprio Recife durante o século XIX. Por outro, também em relação à vida do interior da província, vista muitas vezes, como um apêndice da capital e onde apenas repercutem, local e debilmente, os ecos dos acontecimentos do centro da província.

Para conseguir fugir aos estereótipos, precisamos estar atentos ao que faz a cidade de Timbaúba e sua região diferentes e merecedoras de estudo. Dessa forma, podemos dar conta de um dos desafios postos para as ciências sociais na contemporaneidade, que é o enfrentamento do processo de homogeneização cultural que vem na esteira e até mesmo compõe a sociedade globalizada. O que torna o local, singular aos nossos olhos?

A imagem quase que cristalizada que fazemos da Zona da Mata, tomada pelos canaviais, remonta aos estudos clássicos sobre a economia do país e da região, voltados para as questões macroeconômicas. Andrade (2001: 37-49), entretanto, assinalou importantes diferenças no ritmo de expansão da cultura da cana e das usinas entre a Mata Sul e a Mata Norte do estado. A região meridional possui condições climáticas e de solo mais favoráveis ao cultivo da cana, marcadas por maiores índices pluviométricos e solo de melhor qualidade. À medida que avançamos para o norte e também nos distanciamos do litoral, as chuvas diminuem e os solos de tabuleiro, arenosos, impõem-se sobre a paisagem. Foi esse o contexto da expansão da ocupação da terra do litoral para o interior, durante o século XIX. O ritmo de expansão dos canaviais diminuiu e sua área de ocupação efetiva ainda não abarcava o extremo norte do estado, a região entre Timbaúba e São Vicente Férrer, este último já quase fronteira com o Agreste e conhecido no início do século XX pelo cultivo do café.

Sobre a origem e o desenvolvimento inicial do algodão em Pernambuco, há o estudo de Maria da Guia Santos (1978), que analisou o “desenvolvimento e decadência” do produto entre 1860 e 1880, relacionando tais movimentos com as demandas do mercado externo. Este estava fortemente vinculado à conjuntura política e econômica da Europa e dos Estados Unidos. Partindo desse pressuposto, o *boom* da cotonicultura no “norte agrário” do império ocorreu durante a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1860/1865) e durante a crescente procura do produto pela Inglaterra. A virada do século assistiu, segundo a autora, à crise advinda da recuperação das fazendas norte-americanas e pelo domínio que a Inglaterra passou a exercer sobre o Egito, de onde passou a se abastecer com o algodão local, preterindo o produto brasileiro, embora esse fosse reconhecidamente de melhor qualidade.

Uma pesquisa recente (SILVA: 1995) examinou o desenvolvimento da cultura algodoeira na região de Campina Grande e suas relações com a modernização que a cidade viveu nas primeiras décadas do século XX. Em seu trabalho, Josefa Gomes deu especial atenção para a discussão dos grupos que foram beneficiados por aquele processo de modernização. A autora buscou identificar os agentes que lideraram as mudanças no espaço urbano de Campina Grande e concluiu que a cidade permaneceu na condição de entreposto comercial entre o litoral e os sertões, sem que a estrutura fundiária ou as relações de trabalho no campo fossem alteradas. O campo permanecia, assim, mantendo formas pré-capitalistas de trabalho, limitando as possibilidades de desenvolvimento que o impulso econômico algodoeiro poderia trazer.

Essa discussão é importante para o nosso trabalho porque outros autores reconhecem que a cotonicultura provoca uma relativa democratização na estrutura fundiária, devido ao fato do algodão poder ser cultivado em pequenas propriedades com possibilidade de lucro. Tais perspectivas foram adotadas nas análises de Waldemar Silva Júnior (2006) sobre o dinamismo econômico de Salgueiro na década de 1910/1920 e por Levine (1980), quando analisou o papel de Pernambuco na federação brasileira. Ao traçar o quadro da economia pernambucana na Primeira República, este autor ressaltou a associação entre o algodão e a pequena propriedade. No contexto da nossa pesquisa, vale lembrar que Timbaúba está localizada no extremo norte de Pernambuco, na fronteira com a Paraíba, a 90 km de Campina Grande, tornando válidos também os questionamentos acerca de quais os grupos lideraram e foram beneficiados pela dinâmica que a cidade assistiu naquele momento.

Um cenário que guarda algumas semelhanças com o de Timbaúba foi o de Salgueiro, conforme referenciamos acima. O caso de Salgueiro sob o mando do coronel Veremundo Soares, de memória tão decantada pelos estudos acerca do mandonismo no interior foi analisado por Silva Jr. (2006). O foco desta pesquisa foi “a construção e manutenção do poder em um período de desenvolvimento urbano”, haja vista que a imagem consolidada dos coronéis é a do truculento proprietário de terras, senhor de baração e cutelo de suas terras e sua gente. Waldemar Silva Júnior discutiu a ascensão e a longevidade do grupo político do coronel Veremundo a partir do controle de sua família sobre a terra, o algodão e o gado, mas também sobre uma série de atividades urbanas, comerciais e manufatureiras. O estudo acompanhou as articulações entre o clã dos Soares e a política estadual, articulações sempre pragmáticas, que permitiu a continuidade da família no controle de Salgueiro mesmo após a Revolução de 30 e a instituição das interventorias municipais que se seguiram ao golpe do

Estado Novo. Essa situação guarda alguma semelhança com os problemas que abordamos em Timbaúba, cujo grupo político dirigente foi reforçado por uma aliança com Dantas Barreto, a fruição de uma conjuntura favorável ao algodão e a cidade com uma dinâmica inusitada em comparação com as demais cidades da região.

Naquele momento, início do século XX, a Mata norte, também chamada de Mata Seca por conta de questões climáticas, foi uma região de chegada tardia do açúcar, onde havia uma hegemonia local do algodão e do café. A Zona da Mata Norte apresentava a singularidade de ainda não haver sido atingida completamente pelo processo usineiro, o que só ocorreria lentamente a partir de 1910. Foi a partir de 1914 que as usinas expandiram-se com mais consistência por essa região, sendo fundadas 11 usinas, situadas nos municípios de Goiana, Itambé, Timbaúba e Nazaré da Mata, incluindo nesta última, áreas pertencentes atualmente a Vicência e Aliança (ANDRADE: 2001).

As primeiras notícias sobre a ocupação da bacia do Capibaribe-Mirim, encontram-se nesse contexto de identificação de um ritmo menor de ocupação da terra pela cana no extremo norte de Pernambuco. O Dicionário Chorographico, de Sebastião de Castro, dá conta da fundação dos povoados de Mocós e Cruangi, na primeira metade do XIX, às margens do Capibaribe-Mirim, motivada pelo cultivo do algodão e o desenvolvimento de um artesanato de redes. A história local esteve desde os seus primeiros registros, portanto, associada ao desenvolvimento do algodão na área. O período que estamos nos propondo a estudar é exatamente o momento de transição econômica entre o cultivo do algodão e a expansão dos canaviais no extremo norte de Pernambuco.

Aquele foi um momento em que a Zona da Mata assistiu ao desenvolvimento de culturas agrícolas diversas da cana, a exemplo do café, entre Macaparana e São Vicente Férrer, e o algodão em Timbaúba. No caso desta última, foi para plantar algodão e fabricar fios e tecidos rústicos que se formaram os povoados de Cruangi e Mocós, em meados do século XIX, núcleos originais do que veio a se tornar a vila e a cidade de Timbaúba, emancipada do município de Itambé, em 1879. Aliás, a elite política local que promoveu a luta pela emancipação desenvolvia negócios com o mesmo produto, tanto na cidade, quanto na capital do estado, com firmas de importação e exportação de produtos manufaturados. Era a família do coronel Antonio Vicente Pereira de Andrade, cujo neto, Jader de Andrade, seria uma personagem de vigor na liderança das reformas e no dinamismo cultural que a cidade viveu.

TIMBAÚBA, CINEMA, TEATRO, JORNAL, PRAÇAS, OLIGARQUIA...

Foi em torno do algodão e dessa família que se desenvolveu um dinamismo local desconhecido nas cidades tomadas pela cana de açúcar. A cidade, que já havia sido um distrito de Goiana, foi emancipada em 1879, pelas mãos de um grupo de políticos ligados aos negócios algodoeiros. O algodão desfrutava ainda do *boom* pelo qual havia passado por volta de 1860/1880, haja vista o abalo no mercado internacional provado pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos e o alto nível de procura do produto por parte da Inglaterra. A produção local do algodão era ainda estimulada pela produção de panos grossos, destinados às vestimentas dos escravos, o chamado algodãozinho. Essa conjuntura favoreceu sobremaneira todo o estado de Pernambuco, marcando o período de surgimento e crescimento da indústria têxtil local, sendo sempre facilmente lembradas a criação da fábrica da Macaxeira e da Companhia de Tecidos Paulista, dos Lundgren (SANTOS: 1978).

O programa de modernização levado a cabo pelas elites locais que governaram Timbaúba, sob o impulso do algodão, ganhou força a partir da década de 1910, principalmente a partir da ascensão de Dantas Barreto ao governo estadual nas eleições de 1911. Em Timbaúba, a família dos Andrade passou por uma renovação em sua liderança, com a consolidação da influência do jovem Jáder de Andrade. Misto de coronel e homem antenado com a modernidade foi jornalista (e cunhado de Carlos Lyra, dono do Diário de Pernambuco), deputado, senador estadual, proprietário pessoal de vários dos empreendimentos e iniciativas modernizadoras da cidade, a exemplo do cine-teatro e do jornal “A Serra”. Mandatário local singular, ele associou um controle quase completo que a família possuía sobre os negócios e a política da cidade, a um programa de reformas tanto urbanas quanto culturais.

A cidade passava a receber todos aqueles símbolos que consideramos exemplares da modernidade e da civilização. Telefones (80 aparelhos distribuídos a partir de uma central de ligações), a construção de um ambicioso cine-teatro com capacidade para 500 pessoas, produção de um jornal que circulou duas vezes por semana entre 1913 e 1930 (A Serra). Promoveu a construção de ruas, praças e pontes, um monumento ao centenário da independência, um banco municipal, uma nova sede para a prefeitura, colégio para moças, uma fábrica de fios de algodão e panos grossos, uma estação de geração de energia elétrica para iluminação pública, enfim, tudo aquilo que hoje muitos chamam de signos da modernidade. A cidade também conheceu por volta de 1898, a partir da expansão da estrada de ferro da Great Western e do trabalho missionário da Igreja Batista de Nazaré da Mata, a organização do primeiro grupo dos “nova-seita” na cidade. A denominação pejorativa era

dada pelo clero católico aos adeptos do protestantismo, bem como outros epítetos pouco singelos, como “pés-de-bode”, haja vista a filiação com o próprio demônio que os protestantes supostamente teriam. A Igreja Batista foi organizada em Timbaúba entre 1898 e 1899 em um contexto que também se compreende pelas mudanças econômicas da cidade. A expansão da ferrovia, vinda de Nazaré da Mata possibilitou o trabalho missionário do Salomão Ginzburg, um judeu convertido ao protestantismo, responsável pela organização de uma centena de igrejas pelo interior do Nordeste, incluindo a própria igreja de Nazaré da Mata.

As eleições para o governo estadual em 1916 foram feitas com um candidato de consenso entre os principais grupos políticos (Dantas Barreto e Rosa e Silva) na pessoa de Manuel Borba, natural de Timbaúba e que fez carreira política entre essa cidade e Goiana. Os negócios de Manuel Borba também envolviam o algodão e os negócios de importação e exportação tanto no interior quanto na capital. Aliás, seu irmão, o coronel José Borba, foi eleito prefeito de Timbaúba para o período 1911/1915. Depois de eleito governador, entretanto, Manuel Borba rompeu com os dois grupos que lhe haviam garantido a eleição e passou a atuar no sentido de constituir uma base eleitoral própria, que lhe garantisse votos próprios no estado, o que efetivamente conseguiu, tornando-se uma peça importante nas composições políticas do estado até 1930.

CONCLUSÕES

A historiografia sobre as cidades do interior foi marcada por longo tempo pelo silêncio ou por uma abordagem acrítica, voltada para a exaltação dos mitos fundadores locais, com uma natureza o mais das vezes, memorialística. A perspectiva adotada por esses trabalhos ao examinar o município, infelizmente, tem se assemelhado muito à velha história afeita apenas às datas, às efemérides, aos líderes fundadores. São textos que acabam por preservar certa memória, mas que deixam quase tudo por falar, não tratando desse cotidiano como um processo complexo de interações políticas e sociais, constituição de símbolos, valores e trocas culturais. Os estudos acadêmicos sérios, por muitas vezes, multiplicam seus olhares sobre os processos sociais, políticos, econômicos e culturais, principalmente dos grandes centros.

Nosso olhar está voltado aqui para perceber as peculiaridades de uma cidade na Mata Norte de Pernambuco, fronteira com a Paraíba, Timbaúba, quando de um momento em que a cana ainda não era hegemônica na região. A economia local era organizada até então, em torno do algodão. Era um produto cuja cultura se dava a partir de fortes estímulos externos,

mas que conseguiu estabelecer-se a partir de um mercado local de panos grossos, de um forte artesanato de redes, e da fabricação de fios para o fornecimento ao mercado regional. Um aspecto peculiar a todo o período é a transição que ocorreu entre a hegemonia inicial do algodão e o predomínio da cana de açúcar na economia regional, que vai ocorrer a partir da década de 1910. Timbaúba destacava-se no período pelo dinamismo que a economia do algodão imprimiu a cidade, tanto no setor agrícola quanto na questão industrial, com a criação de uma tecelagem voltada para o mercado regional e externo. Foi apenas a partir da década de 1920 que a cana se fortaleceu, na esteira do chamado “processo usineiro”.

Esses processos deram origem a confrontos e a histórias que destoam do perfil sócio-econômico predominante na Zona da Mata. Analisando aquele momento, podemos perceber como o inventário dos feitos modernizantes e da implementação de bens associados a uma imagem de progresso e civilização não podem ser analisados com os mesmos termos que utilizamos para discutir a modernização de grandes centros, a exemplo do Rio de Janeiro ou mesmo o Recife. Levados e conduzidos pelas mãos de grupos oligárquicos que compunham a base fundamental do poder político na Primeira República, os bens e os equipamentos urbanos e culturais que podem ser vistos como símbolos da modernidade não passam aqui de mera modernização material, sem que relações sociais autoritárias e estruturas econômicas que concentram a renda sofram efetivamente, qualquer alteração significativa. Tais “melhoramentos materiais” nestas pequenas cidades são utilizados amplamente como uma forma de legitimação do poder destas oligarquias locais, que se apresentam como portadoras únicas da capacidade de promover (e isso é quase tautológico) as mudanças de que a cidade precisa. Passamos, portanto, a compreender melhor os mecanismos de poder construídos pelas elites locais para manutenção de seu mando e de suas relações com os governos estaduais.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, Editora Massangana, São Paulo, Cortez, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. **História das Usinas de Açúcar em Pernambuco**. Recife, Editora UFPE, 2001.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma Cidade, Muitas Tramas: A Cidade da Parahyba e seus Encontros com a Modernidade (1880-1920)**. Recife, Dissertação de Mestrado, UFPE/CFCH/PPGH, 2001.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho. A Formação do Espaço Público no Recife do século XIX.** São Paulo, Humanitas, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro, Elsevier, 1997, 14ª reimpressão.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930.** Recife, Tese de doutorado, UFPE/CFCH/PPGH, 2004.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira – nove reflexões sobre a distância.** São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signo em Confronto: O Arcaico e o Moderno na Princesa (PB) dos Anos Vinte.** Recife, Dissertação de Mestrado UFPE/CFCH/PPGH, 1999.

SANTOS, Maria da Guia. **O algodão em Pernambuco: desenvolvimento e decadência (1860-1880).** Recife, Dissertação de Mestrado, UFPE/CFCH/PPGH, 1978.

SANTOS, José Veridiano dos. **Falas da cidade. Um estudo sobre as estratégias discursivas que constituíram historicamente a cidade de Caruaru/PE (1950/1970).** Recife, Dissertação de Mestrado, CFCH/UFPE/PPGH, 2006.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida. **Latifúndio e Algodão em Campina grande Modernização e Miséria.** Recife, Dissertação de Mestrado, CFCH/UFPE/PPGH, 1995.

SILVA JÚNIOR, Waldemar Alves da. **O coronelismo em Salgueiro. Uma análise da trajetória política do coronel Veremundo Soares – 1920/1945.** Recife, Dissertação de Mestrado, UFPE/CFCH/PPGH, 2006.

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **As Cidades Enquanto Palco da Modernidade. O Recife de Princípios do Século.** Recife, Dissertação de Mestrado, UFPE/CFCH/PPGH, 1994.